

AUTÓGRAFO Nº 08/2025

APROVADO

EM 02 / 04 / 2025



INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL “JUSTIÇA PARA TODOS”, DISPÕE SOBRE A ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA NO MUNICÍPIO DE ARACOIABA, AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, CRIA CARGOS EM COMISSÃO, ESTABELECE SUA REGULAMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA, no uso de suas atribuições legais, aprova a seguinte:

LEI:

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1 - Fica instituído o Programa Municipal “Justiça para Todos”, com o objetivo de oferecer atendimento jurídico gratuito à população em situação de vulnerabilidade social no município de Aracoiaba.

Art. 2 - O serviço poderá ser prestado:

I - em conjunto com a Defensoria Pública do Estado do Ceará, por meio de convênio; ou

II - de forma independente pelo Município, através de advogados contratados especificamente para essa finalidade.

Art. 3 - O atendimento jurídico abrangerá as seguintes áreas:

I - direito Civil, incluindo família, sucessões, contratos, direitos do consumidor;

II - direito Previdenciário, para assistência na obtenção de benefícios junto ao INSS e regimes próprios de previdência;

III - direito Penal, nos casos de menor potencial ofensivo e quando necessário para garantir direitos fundamentais, sempre respeitando a atuação prioritária da Defensoria Pública.

CAPÍTULO II

CONDIÇÕES PARA ACESSO AOS SERVIÇOS

Art. 4 - Terão direito à assistência jurídica gratuita as pessoas que comprovarem insuficiência de recursos para contratação de advogado particular.

Art. 5 - Para acesso ao serviço, o requerente deverá apresentar:

I - documento de identidade e CPF;

II - comprovante de residência no município de Aracoiaba;

III - comprovante de renda familiar, que poderá ser demonstrado por:

a) declaração de hipossuficiência econômica assinada pelo interessado;

b) inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal;

c) comprovante de recebimento de benefício assistencial ou previdenciário de até dois salários mínimos.

Parágrafo Único - O município poderá solicitar documentos adicionais para a correta análise da situação do solicitante.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA MÍNIMA DE FUNCIONAMENTO

Art. 6 - O Programa “Justiça para Todos” funcionará em espaço físico adequado, com:

I - salas de atendimento individual;

II - sala para reuniões e mediação de conflitos;

III - espaço de espera para os atendidos;

IV - equipamentos básicos, como computadores, impressoras e mobiliário funcional.

Art. 7 - Os recursos financeiros para implementação e manutenção do programa serão previstos anualmente na Lei Orçamentária do Município, podendo contar com repasses estaduais e federais.

CAPÍTULO IV

DO CONVÊNIO COM A DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 8 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a **Defensoria Pública do Estado do Ceará**, visando à ampliação do acesso à justiça da população carente.

§ 1º - O convênio poderá incluir:

- I** - Instalação de um núcleo municipal de atendimento jurídico;
- II** - Uso compartilhado de infraestrutura e pessoal técnico;
- III** - Realização de mutirões jurídicos e projetos educativos;
- IV** - Fornecimento de suporte técnico e administrativo pelo município.

§ 2º - A formalização do convênio deverá respeitar a legislação vigente e as normas da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

CAPÍTULO V

DA CRIAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO

Art. 9º - Ficam criados **4 (quatro) cargos em comissão de Advogado de Assistência Jurídica Municipal**, com lotação vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social ou outra estrutura definida pelo Poder Executivo.

§ 1º - As atribuições dos **Advogados de Assistência Jurídica Municipal** incluem:

- I** - prestar atendimento jurídico gratuito à população de baixa renda;
- II** - atuar na mediação e conciliação extrajudicial de conflitos;
- III** - encaminhar e acompanhar demandas junto à Defensoria Pública e ao Poder Judiciário;
- IV** - prestar assistência jurídica em casos de menor potencial ofensivo na esfera penal, desde que não haja Defensoria Pública atuante no caso;
- V** - participar de mutirões e projetos de educação jurídica.

§ 2º - Para nomeação nos cargos, os ocupantes deverão atender aos seguintes requisitos:

- I** - graduação em Direito;
- II** - registro ativo na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- III** - experiência mínima de **1 (um) anos** na área jurídica.

§ 3º - Os **Advogados de Assistência Jurídica Municipal** terão jornada de trabalho de **25 (vinte e cinco) horas semanais**.

§ 4º - A remuneração dos cargos será de **R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais**.



CÂMARA MUNICIPAL DE
ARACOIABA
DIZ SIM AO PROGREDIR

CAPÍTULO VI DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 10 - O funcionamento do Programa “Justiça para Todos” obedecerá às seguintes diretrizes:

I - horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h;

II - forma de agendamento: atendimento presencial por ordem de chegada ou agendamento eletrônico, conforme disponibilidade;

III - critérios para priorização dos casos: serão atendidos prioritariamente casos urgentes, como demandas de alimentos, medidas protetivas e ações previdenciárias para concessão de benefícios essenciais;

IV - normas de conduta e ética dos profissionais: os advogados contratados deverão atuar conforme o Código de Ética da OAB, garantindo sigilo profissional e qualidade no atendimento;

V - fiscalização e controle: o município manterá registro atualizado dos atendimentos realizados, com relatórios periódicos sobre a efetividade do serviço.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA, aos 02 de abril de 2025.


Pedro Campêlo Nogueira
PRESIDENTE